



EIXO 5: DIREITOS HUMANOS, LUTAS SOCIAIS E ATIVIDADES DOS SINDICATOS DE PROFESSORES E MOVIMENTOS ESTUDANTIS

DIREITOS HUMANOS, LUTAS SOCIAIS E ATIVIDADES DO SINDICATO DE PROFESSORES DO PARANÁ: UMA LEITURA A PARTIR DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Simone Aparecida Pinheiro de Almeida

SINDICATO APP/PR

almeida.simone@escola.pr.gov.br

Rita de Cássia da Silva Oliveira

UEPG

soliveira@uepg.br

Resumo

Este artigo científico, fundamentado no materialismo histórico, analisa a atuação do sindicato de professores no Paraná (APP) como protagonistas nas lutas sociais pela educação de qualidade e na defesa dos direitos humanos. Entendendo a educação como campo de disputa ideológica, o texto aborda como a entidade sindical tem enfrentado a precarização do trabalho docente, resistido às políticas neoliberais e buscado mobilizar a categoria para a reflexão crítica sobre sua prática. Muitos docentes, contudo, ainda se mostram resistentes à formação continuada e ao engajamento coletivo, o que revela os desafios na consolidação de uma consciência de classe. Diante disso, justifica-se a existência do sindicato enquanto espaço coletivo de construção de identidade docente, fortalecimento da luta por direitos e resistência aos processos de individualização e fragmentação promovidos pelas políticas neoliberais. O sindicato se faz pelo coletivo, pela união das vozes e das ações em defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Em 2015, observou-se um marco significativo de engajamento coletivo, quando milhares de trabalhadores da educação protagonizaram uma das maiores greves da história recente do estado. Motivada pela defesa de direitos conquistados e pela rejeição ao Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 06/2015 e ao Projeto de Lei (PL) nº 60/2015, que representavam ameaças concretas à previdência, à carreira e à autonomia docente, a greve de 2015 não apenas expôs a força do movimento sindical, como também evidenciou sua capacidade de articular a resistência em meio a uma conjuntura de ataques neoliberais às políticas públicas. Esse momento histórico consolidou o sindicato como espaço de formação política permanente, promovendo a consciência de classe entre os educadores e fortalecendo os vínculos de solidariedade entre diferentes segmentos da categoria. A partir das assembleias,

debates públicos, ações de rua e produção de materiais formativos, o sindicato passou a atuar de forma ainda mais incisiva na construção de uma identidade coletiva, baseada na defesa da escola pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Além disso, o enfrentamento às propostas legislativas de 2015 reforçou a compreensão de que a luta por direitos educacionais não se restringe às pautas salariais ou corporativas, mas integra uma disputa mais ampla pelo projeto de sociedade que se deseja construir. Nesse sentido, o sindicato assumiu o compromisso de não apenas resistir às reformas neoliberais, mas também de fomentar práticas pedagógicas emancipatórias e comprometidas com os direitos humanos, a justiça social e a equidade. Portanto, a greve de 2015 se configura como um divisor de águas na história do sindicalismo docente no Paraná, reafirmando que a transformação da realidade escolar só é possível por meio da ação coletiva, da formação crítica e da mobilização constante. Conforme pontua Marx e Engels (2012, p. 25), a história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes", o que permite compreender o papel dos sindicatos como organizações que expressam a luta coletiva por condições mais justas. A partir do materialismo histórico, entende-se que as relações sociais são determinadas pelas condições materiais de produção. Segundo Netto (2007, p. 17), o materialismo histórico "busca compreender as causas, contradições e possibilidades de superação no interior das estruturas sociais". A Luta Sindical no Paraná, os Direitos Humanos e a APP-Sindicato têm se posicionado em defesa da educação como direito humano fundamental. Isso inclui a mobilização contra cortes orçamentários, terceirizações e a militarização das escolas. A APP-Sindicato também investe na formação política dos professores e funcionários das escolas, promovendo cursos, debates e publicações sobre educação crítica, inclusiva e emancipadora. Segundo a própria entidade, "a ação sindical é parte da resistência cotidiana aos ataques neoliberais" (APP-SINDICATO, 2020, p. 12). Com base na teoria marxista, pode-se afirmar que os sindicatos de professores do Paraná têm papel relevante na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Porém a partir de 2019, observa-se um processo de retração na adesão sindical, com perdas significativas no número de sindicalizações entre os trabalhadores da educação. Tal fenômeno está diretamente relacionado ao avanço de um cenário de repressão institucional e esvaziamento político das práticas coletivas no ambiente escolar. A intensificação de ameaças aos servidores públicos, somada ao controle rigoroso por meio de plataformas digitais, vigilância do registro de frequência e imposição de metas e treinamentos voltados exclusivamente para o cumprimento do IDEB, têm gerado um ambiente de tensão, medo e conformismo entre os

profissionais da educação. Esse contexto de crescente desmobilização é agravado pela ampliação de processos de privatização da educação pública, com a introdução de parcerias público-privadas e programas que transferem parte da gestão pedagógica e administrativa a entidades externas ao ambiente escolar. Tais iniciativas, alinhadas ao ideário neoliberal, contribuem para a fragmentação da categoria, dificultando a ação coletiva e favorecendo a lógica individualizante da competição por resultados e desempenho. A perda de força sindical, nesse cenário, não se explica por uma suposta desimportância da entidade, mas sim pela ofensiva estrutural que busca desarticular os instrumentos coletivos de resistência, enfraquecendo o senso de pertencimento e a identidade de classe. O desafio colocado ao movimento sindical docente é, portanto, reconstruir laços, fomentar espaços de escuta e acolhimento, fortalecer processos formativos e criar estratégias para reaproximar a base, especialmente os profissionais mais jovens e precarizados. Nesse sentido, reafirma-se a importância do sindicato enquanto ferramenta histórica da classe trabalhadora, capaz de dar respostas organizadas às contradições do sistema educacional, e de recuperar sua centralidade na luta por uma escola pública crítica, inclusiva e libertadora. Assim discutir formação sindical, formação continuada, ou formação em ação em um cenário neoliberal requer um repensar sobre o papel do trabalhador enquanto agente de transformação e sujeito da construção de sua própria identidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Sindicalismo; Educação Pública.

Referências

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Netto, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, 19, 135-170, 2007.

PARANÁ. **Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2015**. Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado do Paraná; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal; e dá outras providências. [Cocal do Sul, 05 de maio de 2015]. Disponível em: <<https://www.camaracocal.sc.gov.br/proposicoes/Projeto-de-Decreto-Legislativo-PDL/0/3/0/773>>. Acesso em: 14 de jul. 2025.